

# SUMÁRIO

## Primeira Parte PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

### *Capítulo 1*

<b>TIPOLOGIA DO DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>23</b>
---	-----------

### *Capítulo 2*

<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL .....</b>	<b>25</b>
---	-----------

2.1. Princípios do processo administrativo fiscal.....	25
2.1.1. Princípios constitucionais .....	25
2.1.1.1. Legalidade .....	25
2.1.1.2. Impessoalidade .....	27
2.1.1.3. Moralidade .....	27
2.1.1.4. Publicidade .....	28
2.1.1.5. Eficiência.....	30
2.1.2. Princípios constitucionais do processo aplicáveis ao processo administrativo fiscal.....	31
2.1.2.1. Inafastabilidade do controle jurisdicional da decisão proferida na esfera administrativa (artigo 5º, inciso XXXV) ....	32
2.1.2.2. Devido processo legal (artigo 5º, inciso LIV).....	35
2.1.2.3. Contraditório e ampla defesa (artigo 5º, inciso LV) .....	37
2.1.2.4. A inadmissão das provas obtidas por meios ilícitos (artigo 5º, inciso LVI).....	44
2.1.2.5. Duração razoável do processo (artigo 5º, inciso LXXVIII)...	48
2.1.2.6. Motivação das decisões (art. 93, inciso IX) .....	50
2.1.3. Aplicação dos princípios do processo administrativo do ente político ...	52
2.1.3.1. Os princípios do processo administrativo federal e sua aplicação nas demais esferas.....	54
2.2. Contencioso administrativo tributário e a EC nº 132/2023 .....	61

**Capítulo 3****COMPETÊNCIA LEGISLATIVA ..... 65**

- 3.1. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil ao processo administrativo fiscal? ..... 66

**Capítulo 4****EFICÁCIA DAS NORMAS DE PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL NO TEMPO..... 69****Capítulo 5****PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL FEDERAL (PAF) ..... 73**

- 5.1. Noções preliminares..... 73
- 5.2. Fase de instauração..... 75
- 5.2.1. Notificação de lançamento e seus requisitos ..... 75
- 5.2.2. Auto de infração e seus requisitos ..... 76
- 5.3. Impugnação..... 77
- 5.4. Questões procedimentais..... 81
- 5.4.1. Aspectos probatórios ..... 81
- 5.4.2. Intimações ..... 82
- 5.5. Fase de julgamento..... 83
- 5.5.1. O ônus da prova no processo administrativo fiscal ..... 85
- 5.5.2. Decisão do processo administrativo fiscal ..... 89
- 5.5.3. Reconhecimento de inconstitucionalidade na decisão administrativa..... 91
- 5.5.3.1. Reconhecimento de inconstitucionalidade de norma. O papel dos precedentes no Código de Processo Civil e seu impacto no processo administrativo fiscal..... 91
- 5.5.3.2. Reconhecimento de inconstitucionalidade de ato administrativo ..... 95
- 5.5.4. Prejudicialidade da decisão do processo administrativo fiscal para a esfera penal..... 95
- 5.6. Recursos contra a decisão de primeira instância ..... 97
- 5.6.1. Embargos de declaração ..... 98
- 5.6.2. Recurso voluntário e remessa obrigatória ..... 99
- 5.6.3. Depósito prévio ou arrolamento de bens como condição de procedibilidade de recurso? ..... 101
- 5.6.4. O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)..... 102
- 5.6.4.1. O voto de qualidade ..... 104
- 5.6.5. Recurso especial ..... 107

5.6.6. Pedido de reconsideração .....	107
5.7. "Coisa julgada administrativa" .....	108
5.8. Efeitos da decisão final .....	110
5.9. Limites das medidas constritivas administrativas .....	111

## **Segunda Parte**

### **PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO**

#### **Capítulo 6**

<b>PRERROGATIVAS PROCESSUAIS DA FAZENDA PÚBLICA .....</b>	<b>115</b>
6.1. Conceito de Fazenda Pública .....	115
6.2. As prerrogativas processuais da Fazenda Pública no processo tributário e sua legitimação .....	117
6.2.1. O Princípio da Supremacia do Interesse Público .....	117
6.2.2. Os direitos fundamentais processuais como filtros de legitimação das prerrogativas .....	120
6.3. A sistemática de prazos para a Fazenda Pública .....	123
6.3.1. Exceções .....	124
6.4. Intimação pessoal .....	125
6.5. Duplo grau obrigatório de jurisdição .....	126
6.5.1. Recursos em face da decisão da remessa necessária .....	133

#### **Capítulo 7**

<b>TUTELA PROVISÓRIA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>137</b>
7.1. As espécies de tutelas provisórias .....	137
7.2. Contracautela para a concessão de tutela antecipada ou cautelar tributária...	139
7.2.1. Exigência de caução para a suspensão da exigibilidade do crédito tributário .....	142
7.2.2. Ação cautelar prévia de caução e honorários .....	145
7.3. Restrições à tutela provisória em matéria tributária .....	147
7.4. Efeitos da revogação da tutela provisória .....	151
7.5. Medida cautelar fiscal .....	153
7.5.1. Cabimento .....	154

#### **Capítulo 8**

<b>EXECUÇÃO FISCAL .....</b>	<b>159</b>
8.1. Conceito e cabimento. A certidão de dívida ativa .....	159

8.1.1.	Presunção e requisitos da certidão.....	164
8.2.	Legitimidade ativa.....	166
8.3.	Legitimidade passiva .....	173
8.3.1.	Sucessor do devedor .....	174
8.3.1.1.	Espólio .....	174
8.3.1.2.	Sucessão da pessoa jurídica.....	176
8.3.2.	Responsabilidade dos sócios .....	177
8.3.2.1.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica na execução fiscal?.....	182
8.3.3.	Executado falido .....	186
8.4.	Competência.....	190
8.4.1.	Competências constitucionais.....	190
8.4.2.	Competência territorial.....	193
8.4.3.	Falência do executado: deslocamento da competência da execução fiscal? .....	194
8.4.4.	Reunião de execuções fiscais .....	195
8.5.	Procedimento .....	195
8.5.1.	Propositura da execução.....	195
8.5.2.	Indícios de bens para a propositura da execução fiscal federal. O regime diferenciado de cobrança da dívida ativa federal .....	197
8.5.3.	A citação do executado .....	199
8.5.3.1.	Modalidades de citação .....	200
8.5.4.	Intimação da Fazenda Pública .....	202
8.5.5.	Penhora .....	202
8.5.5.1.	Ordem especial de bens para a penhora .....	204
8.5.5.2.	Penhora de dinheiro .....	205
8.5.5.3.	Seguro garantia e fiança bancária .....	207
8.5.5.4.	Penhora de faturamento da pessoa jurídica .....	212
8.5.5.5.	Intimação da penhora .....	214
8.5.5.6.	Substituições de penhora .....	215
8.5.5.7.	Fraude à execução fiscal.....	217
8.6.	Outras medidas executivas na execução fiscal .....	219
8.6.1.	Medidas coercitivas administrativas.....	219
8.6.1.1.	Protesto de dívida ativa.....	220
8.6.1.2.	A averbação pré-executória enquanto medida coercitiva ao pagamento do crédito tributário .....	222

8.6.2.	Medidas coercitivas no curso da execução.....	223
8.7.	Defesas do executado.....	231
8.7.1.	Embargos à execução .....	231
8.7.1.1.	Formas de contagem do prazo para embargos .....	231
8.7.1.2.	Exigência de garantia para a admissibilidade dos embargos?.....	234
8.7.1.3.	Efeito suspensivo .....	239
8.7.1.4.	Competência.....	241
8.7.1.5.	Cognição e procedimento .....	242
8.7.1.6.	Recursos.....	243
8.7.2.	Outros meios de defesa do executado .....	247
8.7.2.1.	Exceção de pré-executividade ou objeção de não executividade.....	247
8.7.2.2.	Outras ações autônomas – a ação anulatória de débito fiscal .....	249
8.8.	Suspensão da execução fiscal .....	251
8.9.	O concurso de preferências entre entes públicos.....	255
8.10.	honorários na execução fiscal.....	256
<b>Capítulo 9</b>		
<b>AÇÕES ANTIEXACIONAIS – REGRAS GERAIS .....</b>		<b>263</b>
9.1.	Conceito e espécies .....	263
9.2.	Competência nas ações tributárias.....	264
9.2.1.	Ações tributárias em face da União ou da Fazenda Pública federal.....	265
9.2.2.	Ações tributárias em face das Fazendas Públicas Estaduais, Municipal e Distrital.....	269
9.3.	Suspensão da exigibilidade do crédito pela propositura de alguma dessas ações? .....	271
9.4.	Procedimento das ações tributárias.....	272
9.4.1.	Obrigatoriedade de audiência de conciliação ou mediação nas ações tributárias? .....	273
9.4.2.	Revelia nas ações tributárias .....	276
9.4.3.	Ônus da prova nas ações tributárias .....	278
9.4.4.	Honorários advocatícios nas ações tributárias .....	281
9.4.4.1	Ação cautelar prévia de caução.....	286
9.4.4.2.	Equidade .....	287
9.4.4.3.	Honorários recursais .....	290

9.4.4.4. Valor da dívida executada e honorários.....	293
9.5. Coisa julgada nas ações tributárias.....	294
9.5.1. Estabilidade das sentenças terminativas .....	295
9.5.2. Coisa julgada nas ações tributárias em que são julgadas relações jurídicas continuativas. A necessidade de releitura da Súmula n. 239 do Supremo Tribunal Federal .....	296
9.5.2.1 O STF e a coisa julgada em matéria tributária .....	300
9.5.3. Coisa julgada “inconstitucional”.....	301
9.6. Ações coletivas em matéria tributária .....	305

### **Capítulo 10**

<b>MANDADO DE SEGURANÇA TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>311</b>
10.1. Conceito e histórico .....	311
10.2. Direito líquido e certo .....	312
10.3. Prazo .....	316
10.3.1. Prestações tributárias sucessivas .....	318
10.4. O ato de autoridade fiscal.....	318
10.4.1. Compensação tributária .....	321
10.4.2. Leis tributárias.....	323
10.4.3. Mandado de segurança tributário preventivo .....	326
10.5. Legitimidade no mandado de segurança tributário .....	326
10.5.1. Legitimidade ativa.....	326
10.5.1.1. O falecimento do contribuinte impetrante .....	327
10.5.2. Legitimidade passiva.....	328
10.5.2.1. A autoridade coatora .....	330
10.6. Liminar.....	334
10.7. Procedimento .....	336
10.8. Sentença .....	338
10.9. Coisa julgada .....	340
10.10. Recursos .....	342
10.10.1. Recursos no mandado de segurança tributário de competência originária de primeiro grau .....	343
10.10.2. Recursos no mandado de segurança tributário de competência originária de tribunal.....	347
10.11. Execução .....	351
10.12. Restituição do indébito tributário reconhecido por decisão judicial em mandado de segurança.....	352

**Capítulo 11**

<b>AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO .....</b>	<b>355</b>
11.1. Cabimento .....	355
11.1.1. Discussão da exigibilidade ou extensão do crédito tributário .....	359
11.1.2. Parcelamento do débito? .....	360
11.1.3. Consignação extrajudicial? .....	361
11.2. Depósito .....	361
11.3. Procedimento .....	365
11.3.1. Procedimento quando da exigibilidade do tributo por mais de um ente .....	365

**Capítulo 12**

<b>AÇÃO DECLARATÓRIA.....</b>	<b>367</b>
12.1. Cabimento .....	367
12.2. Procedimento .....	369
12.2.1. Eficácia da sentença declaratória e seu cumprimento .....	369
12.3. Impossibilidade de ampliação da isenção prevista no artigo 6º, inciso XIV da Lei nº 7.713/88 pela via da ação declaratória .....	371

**Capítulo 13**

<b>AÇÃO ANULATÓRIA.....</b>	<b>375</b>
13.1. Cabimento e natureza.....	375
13.2. Desnecessidade de depósito prévio como pressuposto processual da ação anulatória.....	376
13.3. Conexão entre ação anulatória e execução fiscal? .....	377
13.4. Litispendência entre ação anulatória e embargos à execução fiscal? .....	380

**Capítulo 14**

<b>AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO.....</b>	<b>383</b>
14.1. Cabimento .....	383
14.1.1. O interesse de agir na repetição do indébito pela via judicial .....	384
14.2. Prazo .....	388
14.3. Legitimidade .....	389
14.4. Tramitação da ação de repetição de indébito durante pedido de compensação? ....	393
14.5. Cumprimento da sentença que deferir a restituição .....	395
14.5.1. O cumprimento da sentença que reconheça obrigação de pagar em face da Fazenda Pública .....	396
14.5.1.1. A impugnação ao cumprimento de sentença .....	402

**Terceira Parte**  
**OUTROS MEIOS DE RESOLUÇÃO DE COFLITOS TRIBUTÁRIOS**

**Capítulo 15**

<b>A CONSENSUALIDADE TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>409</b>
15.1. O acesso à solução justa para os conflitos .....	409
15.2. Os meios consensuais de solução de conflitos na Administração Pública .....	412
15.3. Os meios consensuais em matéria tributária .....	415
15.4. Alguns mecanismos de consensualidade tributária .....	421
15.4.1. As transações tributárias na Administração Federal - a Lei n. 13.988/20 .....	421
15.4.2. Outros mecanismos de consensualidade tributária .....	426
15.5. Riscos à impessoalidade e efeitos concorrenciais na transação tributária .....	428
15.5.1. As transações por adesão na Lei n. 13.988/20 .....	429
15.5.2. Confidencialidade x publicidade na consensualidade tributária .....	433
15.6. Negócios jurídicos processuais em matéria tributária .....	435
15.7. Arbitragem tributária .....	441
15.7.1. Arbitrabilidade objetiva tributária .....	445

**Capítulo 16**

<b>DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL .....</b>	<b>447</b>
---	------------

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>451</b>
--------------------------	------------